



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences

ISSN: 1679-7361

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Pinto de Araújo, Gustavo; Ouriques, Helton Ricardo

Estudo sobre o trabalho e o tempo livre no capitalismo contemporâneo: Uma abordagem empírica

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 31, núm. 2, 2009, pp. 113-121

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325326001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Estudo sobre o trabalho e o tempo livre no capitalismo contemporâneo: Uma abordagem empírica

Gustavo Pinto de Araújo^{1*} e Helton Ricardo Ouriques²

¹Curso de Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Reitor João David Ferreira Lima, 88040-070, Bairro Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. ²Departamento de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: gugapinto@yahoo.com.br

RESUMO. Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão crítica sobre o trabalho e o tempo livre no capitalismo contemporâneo. Para tanto, realizamos uma discussão teórica sobre a literatura relacionada ao tema. Analisamos o quadro geral do trabalho na sociedade contemporânea e, dentro desta, o lugar ocupado pelo tempo livre. Apresentamos também os resultados de uma pesquisa empírica, realizada junto a professores e funcionários da Universidade Federal de Santa Catarina, que reforçam nossa análise pouco otimista em relação ao mundo do trabalho. Concluimos que há, por parte dos trabalhadores, uma insatisfação generalizada quanto ao trabalho e verificamos que o tempo livre, quando existe, é um tempo usado para o consumo ou para mais trabalho, ou seja, aquilo que reproduz a sociedade capitalista.

Palavras-chave: trabalho, tempo livre, capitalismo contemporâneo.

ABSTRACT. A study concerning labor and the spare time in the capitalism contemporary: an empirical boarding. This article presents a critic purpose about labor and spare time in contemporary capitalism. For this, a theoretical discussion about the literature related to this theme is presented. We discuss the general approach about work in contemporary society and, within this, the role of spare time. In addition, the article shows the results of an empirical research, involving teachers and employees of Santa Catarina Federal University that supports a pessimist view of the 'world of labor'. The conclusion points out that there is, on the part of workers, a widespread dissatisfaction regarding their jobs; and that spare time, when it exists, is used for consumption or additional work. In other words, spare time is a time to reproduce the social relationships of capitalist society.

Key words: labor, spare time, contemporary capitalism.

Introdução

A abordagem deste artigo é especialmente concentrada nos atuais estudos sobre a questão do trabalho, do tempo livre e do lazer no capitalismo contemporâneo. Em particular, debruçamo-nos sobre aquilo que chamaremos de integração funcional do trabalho e sobre uma visão que denominamos negativa acerca do tempo livre em nossa sociedade. Quanto à integração funcional, caracterizamo-la como a cisão entre o trabalho e a vida daquele que trabalha; quanto ao tempo livre, não sendo este um tempo em que as pessoas encontram meios para livremente desenvolver suas potencialidades, observamos como ele é apropriado por atividades mercantis, por um tempo de consumo supérfluo ou de mais trabalho e, portanto, um tempo de reprodução do *status quo*. O chamado mundo do trabalho é aquele que cada vez mais se distancia da vida e, ao invés de proporcionar ao homem os meios de sua emancipação em relação às suas necessidades, aprisiona-

o fazendo dele mero ser que busca constantemente a sobrevivência. A integração funcional conduz ao trabalho destituído de sentido humano. Molda o trabalho como mero meio de produção de mercadorias e abandona sua qualidade de produzir os bens materiais essenciais para libertar o homem da obrigação de trabalhar. Por outro lado, o tempo livre, quando existe, é um tempo engolido pelos mecanismos de reprodução do capital¹. Este tempo se materializa em compras e no mais trabalho e não no descanso, na reflexão e na efetivação das capacidades humanas mediante o exercício de 'atividades superiores' – aquelas que não estariam regradas pelo ciclo mercantil, as atividades afetivas, culturais, artísticas, lúdicas etc.

A estrutura de nosso artigo se divide em duas grandes partes. Primeiro, expomos uma perspectiva teórica em que nos dedicamos a explorar aquilo que

¹ Por exemplo, os turistas em viagens de férias ajudam na reprodução do capital, ao consumirem as mais diversas mercadorias (*souvenirs*, alimentos e bebidas, passagens, hospedagens). Em outras palavras, como consumidores, ajudam a realizar a mais valia dos setores turísticos.

chamamos de integração funcional e a corrosão do caráter no mundo do trabalho contemporâneo. Para tanto, explicaremos brevemente o porquê de considerarmos o trabalho (ou pelo menos o nível de centralidade que este ocupa na vida de todos) como uma atividade carente de sentido no mundo moderno e deixamos expostas as consequências nocivas que daí podem ser resultantes, tanto por um lado individual (corrosão do caráter) quanto por uma visão coletiva (desintegração social)². Por outro lado, apresentaremos nossa contribuição ao debate por meio dos resultados de uma pesquisa empírica feita pelos autores. Com as constatações surgidas no processo de entrevistas com alguns trabalhadores podemos concluir uma insatisfação intensa do trabalhador com sua função e a necessidade da ampliação dos espaços e tempos de dedicação à família, a si próprio e às atividades culturais ou de lazer. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que cada entrevista é levada em consideração e cada resposta, cada angústia compartilhada, cada sentimento demonstrado revela-se significativo e servirá como material para análise. A partir de ‘uma’ resposta significativa dada por ‘um’ determinado entrevistado, tomamos a liberdade de derivar uma generalização porque entendemos que os trabalhadores expostos ao mesmo regime de trabalho assalariado-capitalista e estando dentro de uma mesma localização geográfica partilham problemas semelhantes.

O trabalho: da integração funcional à corrosão do caráter e à desintegração social

Consideramos o trabalho, da maneira que o vemos hoje, uma invenção da modernidade (GORZ, 2003). Isso implica dizer que o trabalho nem sempre desempenhou o papel que hoje desempenha em nossa sociedade e nem sempre contou com as funções e características que atualmente lhes são imputadas. Colocamos, assim, o trabalho numa perspectiva histórica e somente dessa forma podemos analisá-lo com maior profundidade. Essa colocação sugere que, diferentemente da atribuição indigna e imoral dada à atividade do trabalho em tempos passados³, observamos no tempo presente uma gradual ascensão do trabalho como categoria central da sociedade capitalista produtora de valores-de-troca⁴. A centralidade do trabalho, por sua vez, tem como consequência principal a redução significativa do tempo livre, individual e social. A vida dedicada ao trabalho foi classificada por Thiry-Cherques (2004) como uma vida agressiva, na qual é

necessária a criação de estratégias de sobrevivência por parte dos trabalhadores. Isso porque é preciso lutar para sobreviver em um mundo do trabalho que cada vez mais prescinde da figura do trabalhador (DE MASI, 1999). Essa é uma situação paradoxal expressiva, tanto pelo fato de que o trabalhador continua necessitando se submeter ao trabalho como única maneira de produzir sua vida quanto pela tendência crescente de sua dispensabilidade no processo produtivo pelo avanço tecnológico, como apontado por Vieira e Ouriques (2006).

O crescimento avassalador do exigente mercado de trabalho confronta-se com o trabalhador como uma ameaça, tanto material quanto espiritual. Isso porque o “verdadeiro problema de quem trabalha é como manter a humanidade num mundo hostil e refratário ao que há de exclusivo no ser humano: a razão, a consciência que dá sentido e alegria ao viver” (THIRY-CHERQUES, 2004, p. 14). A eficiência requerida pelo processo de acumulação capitalista aniquila a possibilidade da “ineficiência” e, dessa forma, aniquila o ócio, a ‘calma’, o ‘devagar’.

A eficiência a que nos referimos é obviamente a eficiência econômica. No mundo moderno ela é expressa pelo regime de trabalho flexível⁵ que imprime ao trabalho – e às próprias relações sociais que o rodeiam – um caráter de relação flexível, isto é, monta relações de curto prazo e instáveis. A incerteza e a angústia são os sentimentos que rodeiam a todo momento o dia-a-dia da grande maioria das pessoas, e o pior é que esta instabilidade pretende ser normal, ou ainda, é pretendido que o ‘empresário schumpeteriano⁶, torne-se o homem comum ideal (SENNETT, 2005). É socialmente predominante a posição de que é preciso sempre inovar, sempre ser moderno, ser atual e original. Pode-se prever que o efeito destas condições reflète-se no aumento da pressão e da carga de estresse na vida do trabalhador (THIRY-CHERQUES, 2004).

Um trabalho sem sentido como o descrito por Sennett (2005) é, em poucas palavras, a cisão entre a vida e o trabalho. É a cisão entre a ‘vida’ na semana (trabalho) e a ‘vida’ no fim de semana (liberdade)⁷. A denominação feita por André Gorz (2003) para esta

⁵ Para detalhes, ver Harvey (1993).

⁶ De acordo com Dalla Costa e Garcia (2006, p. 61), “o empresário, segundo Schumpeter (1982), assume um papel central no processo de inovação, e, consequentemente, no desenvolvimento econômico. Como resultado de sua ação na economia surgem as inovações em diversas indústrias. Para o autor, a função do empresário é reformar ou revolucionar o padrão de produção através da: i) exploração de uma invenção, ii) implementação de uma possibilidade que ainda não tenha sido experimentada na produção de uma nova mercadoria, e iii) produzir um bem já existente com alterações no processo de fabricação”.

⁷ Rybczynski (2000) relata a prática de alguns trabalhadores que vivem a semana inteira de trabalho esperando pelo fim de semana, pois somente neste encontram a liberdade para realizarem as atividades que desejam. Ou seja, deixam a esfera da heterorregulação e passam à esfera da autorregulação.

² As referências para essa caracterização são João Bernardo (1991), André Gorz (1982; 2003), Richard Sennett (2005), Thiry-Cherques (2004).

³ No mundo grego antigo, por exemplo, o trabalho era uma atividade realizada pelos não-cidadãos e pelos escravos.

⁴ Para detalhes, ver Marx (1988), em especial o capítulo sobre a Mercadoria.

cisão é chamada de ‘integração funcional’ que representa a racionalização ou a forma de organização social predominante nos dias atuais. O autor descreve como funcional determinada conduta que é racionalmente adaptada a um fim, independentemente da intenção que tem o agente de perseguir essa finalidade que, na prática, ele nem mesmo conhece: “a funcionalidade é uma ‘racionalidade externa’ trazida a uma conduta pré-determinada e ‘prescrita ao ator pela organização que o envolve’” (GORZ, 2003, p. 39). Em síntese, a vida do trabalhador é guiada e gerida por uma racionalidade por ele não criada. Seus movimentos e ações são previamente determinados pela estrutura econômica e política que o circunda, cabendo-lhe apenas a execução e a aceitação de tarefas que não necessariamente lhe agradam.

O trabalho agora não tem sentido algum para o ser social reduzido a um ser funcional. O significado de sua vida é diferente do significado de seu trabalho. Esta é uma obrigação aborrecedora e dolorosa que produz, como anteriormente delineado, uma cisão profunda do sistema social. Isso porque a vida profissional e a vida privada deixam de ter semelhanças para serem dominadas por normas e valores completamente diversos e mesmo contraditórios. A ‘heteroregulação’ da vida ou a integração funcional, como assinaladas por Gorz (2003), transforma o homem em nada mais do que um serviçal impotente, pois aprisiona sua liberdade dando em troca a possibilidade anestesiadora de um consumo fútil. A consequência de uma relação entre pessoas integradas funcionalmente, ou seja, integradas por objetivos que diferem dos seus, é a ‘desintegração social’ – outra categoria apresentada na obra de Gorz. A desintegração social é uma consequência da heteroregulação, em poucas palavras, é a “desmotivação dos indivíduos diante de seu trabalho funcionalizado e sua retração do mundo social regulamentado” (GORZ, 2003, p. 48). A integração funcional dos homens exclui grandes possibilidades de integração social, pois as suas relações são predeterminadas, ou ainda, motivadas por atores exteriores. Isto impede o surgimento de ligações recíprocas entre as pessoas, fundadas sobre a cooperação que tem como fim a solidariedade e a partilha dos resultados.

Um ambiente no qual o trabalhador é integrado de forma funcional ao sistema produtivo, gerando, assim, uma desintegração social, influencia e pode ser generalizado a todas as esferas da vida. Uma consequência dessa influência e domínio do mundo do trabalho sobre o mundo da vida é o que Sennett (2005) chama de a ‘corrosão do caráter’. As necessidades da vida, da família e dos filhos, não

podem ser programadas para encaixar-se nas necessidades do trabalho. Portanto, podemos dizer que a complexidade da vida é incompatível com o mundo das organizações. Como diria Guy Debord (1997, p. 13 et seq.), vivemos em um mundo invertido. No entanto, por ser incompatível não quer dizer que não exista, pois o fato é que milhares de trabalhadores levam uma vida em que é preciso trabalhar excessivamente.

A ‘corrosão do caráter’ é, dessa forma, uma maneira apropriada de explicar as consequências pessoais de um mundo do trabalho orientado pelas necessidades imediatistas da acumulação capitalista. Imediatista porque é um mundo marcado pela inconstância onde tudo termina e recomeça rapidamente, ou seja, não há comprometimento, compromisso mútuo e profundidade nas relações sociais expostas ao capitalismo contemporâneo. Não pretendemos, entretanto, defender o antigo regime produtivo marcado por um ‘capitalismo paternalista’ regido pela empresa rígida, hierarquizada, rotineira e burocrática. Desejamos apenas compreender que as mudanças motivadas pelo capitalismo flexível moderno, longe de libertar o trabalhador, atuam como novas formas de sua dominação (ANTUNES, 2007).

A insatisfação generalizada em relação ao trabalho e, mesmo a degeneração do homem em seu trabalho, que podemos observar em casos específicos, não deveria causar espanto algum quando observamos o processo de trabalho submetido ao modo de produção capitalista e, portanto, submetido às contradições em que se constitui a produção de mais-valia. A visão de João Bernardo sobre o assunto nos leva a concluir que onde há exposição a esta contradição, há geração permanente da luta de classes e esta suscita, entre os trabalhadores, a luta por salário, pela redução da jornada de trabalho e/ou, generalizando, por melhores condições de trabalho (BERNARDO, 1991). Essa submissão do trabalho à racionalidade econômica – transformando-o em mero instrumento produtivo – é o espelho daquilo que Gorz chama de o ‘fim do humanismo no trabalho’. Este fim do humanismo, como se pode supor, é o fim do trabalho como criação humana e como desenvolvimento humano. Como toda dissolução é um processo de formação, esse findar leva necessariamente a uma transformação do trabalho, sobretudo, a uma transformação ética. Se o trabalho perde seu caráter humano ele se torna uma coisa estranha ao homem; uma coisa da qual é preciso se defender, ou mesmo fugir.

Para aqueles signatários do mito do trabalho como meio em que o homem, por meio do contato com a natureza, faz-se homem e desenvolve suas potencialidades, estamos certos de que não podem

dizer o mesmo do trabalho no capitalismo flexível. Ao trabalho flexível, Sennett dá a denominação de 'ilegível', ou seja, é aquilo que não se entende. Ao não compreender, o trabalhador fica à deriva, deslocado, jogado de um lado para o outro enquanto a acumulação se desenvolve prescindindo de sua figura. Por outro lado, diante da alta qualificação da maquinaria moderna, a qualificação do trabalhador cai para o mínimo necessário. Isso faz com que qualquer um seja capaz de desempenhar funções que antes tinham como pré-requisito o aprendizado longo e certa tradição cultural. Há aqui um acentuado processo de despersonalização da produção. A complexificação, argumenta Sennett (2005), torna-se contraprodutiva, e a simplicidade, a especialização, cria a condição para uma atividade acrítica e indiferente por parte dos usuários. Não procuramos aqui exaltar um trabalho árduo e complexo como situação ótima para o ser humano. Contudo, entendendo que a atual flexibilização e o uso da técnica não estão acompanhados da emancipação humana e da criação das condições para que os homens alcancem sua plena liberdade, entendemos a simplicidade dos procedimentos industriais como a forma moderna de dominação, infantilização e de brutalização do homem.

Podemos concluir esta seção dizendo que o trabalho na corporação moderna é, para usar a metáfora de Thiry-Cherques (2004), como uma ponte: liga, mas não une. As pessoas trabalham em equipe apenas para que possam unir os saberes especializados de cada um e realizar a tarefa para qual foram designados. Sennett (2005) chama de 'aptidões portáteis' as qualidades dos trabalhadores que passam de equipe em equipe como se passa de janela à janela numa tela de computador. De outro modo, percebe-se que grande parte das pessoas apenas se ligam ao trabalho pelo fator de subsistência. Saem da alegria de seu lar e do convívio de seus familiares, "atravessam a ponte" e partem em busca da sobrevivência. Mas o objetivo é sempre voltar para viver no mundo da atividade autodeterminada, isto é, fora do trabalho. Essa *ligação não unida* sugere pelo menos três mudanças principais nas relações sociais de trabalho.

Em primeiro lugar, o resultado imediato de uma vida de curto prazo são as paradoxais relações sociais impessoais. Não há um vínculo duradouro entre as pessoas no ambiente de trabalho e, como reflexo, a própria família é afetada pelo tempo e espaço de trabalho flexível. Em segundo, a ética do trabalho se alterou. Na antiga ética do trabalho o ato de trabalhar, principalmente entre os protestantes, estava muito ligada à religião e havia uma rotina de trabalho disciplinada e a esperança de adiar o gozo presente para alcançar a glória/salvação futura. Na

nova ética do trabalho, há a flexibilização e o domínio do trabalho superficial e fragmentado, com a simples esperança de que se consiga sobreviver dia após dia⁸. Em terceiro, a relação trabalhista moderna camufla-se com o uso de 'símbolos igualitários' e 'máscaras de cooperatividade'. A tentativa de esconder a tão conhecida relação antagônica entre capitalistas e proletariados tem seu expoente maior naquilo que Sennett (2005, p. 132) localiza como a palavra mais esperta no moderno léxico administrativo: o líder. É como se não mais houvesse competição num ambiente onde os líderes apenas administram o processo de trabalho em equipe e os trabalhadores são apenas colaboradores; a imagem do líder (e não mais patrão) é aquela tentativa de mostrar que 'ele está do nosso lado, ao invés de ser nosso governante'; consegue-se assim 'conciliar poder sem autoridade'. Em resumo, as instituições flexíveis conseguiram mudar a organização do trabalho (mascarando-o) sem mudar a natureza fundamental do sistema de produção nem ameaçar a organização básica da estrutura de poder das empresas. O exercício da dominação, exploração e alienação do trabalhador continua, com outra roupagem, intocável.

Com a digressão até aqui apresentada sobre o 'mundo do trabalho', podemos sintetizar o que significa sua centralidade. Por meio do processo de integração funcional, chega-se à afirmação de que o trabalho corrói o caráter das pessoas e essa corrosão leva à desintegração social. Uma evidência dessa afirmação será apresentada a seguir, com o relato de uma pesquisa empírica recentemente realizada pelos autores.

Relato de uma pesquisa empírica: um retrato do trabalho no meio universitário

Um dos objetos de nossa pesquisa é a análise do próprio trabalhador em seu meio. Logo, nada mais natural do que parte dela ser embasada na verificação empírica de nossa hipótese geral. Traduziremos agora algumas constatações obtidas com a aplicação de questionários com professores e técnicos-administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina⁹ e nos reservamos ao direito de dar a esta parte do texto um tom mais informal. Antes apresentaremos

⁸ Segundo Wagner (2002), inspirada no pensamento de Hannah Arendt, o processo de trabalho moderno faz do homem mais um sobrevivente e dependente do labor do que um homem livre que se emancipa de suas necessidades e cria a durabilidade do mundo. No mundo da flexibilização, estamos cada vez mais submetidos a 'processos circulares implacáveis' em que vivemos para conseguir viver no dia seguinte. No fundo, nos aproximamos cada vez mais da assustadora Sociedade de Consumidores (de homens que laboram) proposta por Arendt (1981) – ver especialmente o capítulo três desta obra.

⁹ A amostra de nossa pesquisa refere-se em sua maioria aos trabalhadores da UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. Entre eles, a amostra é composta especialmente por professores e servidores técnico-administrativos. Totalizam cento e quarenta e cinco questionários respondidos. Os questionários de pesquisa foram aplicados principalmente no segundo semestre de 2007.

a Tabela 1 com uma síntese das respostas obtidas. Cabe notar que muitas das informações coletadas são provenientes de “questões abertas” ou subjetivas e estão descritas no decorrer do texto.

Tabela 1. Resultados das entrevistas.

c	Respostas dos entrevistados (apenas as mais votadas)			
Sexo	masculino	feminino		
	48%	52%		
Idade	31-40	41-50	51-60	
	17%	43%	35%	
	2º grau			
Instrução	completo	3º grau comp	doutor(a)	
	9%	13%	61%	
	companheiro(a)		Com	
Habitação	e filhos	com filhos	companheiro(a)	sozinho
	55%	17%	13%	13%
Tempo de serviço	1 a 5	6 a 10	11 a 20	mais de 20
	8%	8%	16%	66%
Trabalho semanal	21 a 30 horas	31 a 40 horas	41 a 50 horas	
	4%	87%	9%	
Escolha da profissão	remuneração	vocação	satisfação pessoal	
	9%	27%	45%	
			acima de	
Renda	3 a 5 salários	5 a 10 salários	10 salários	
	12%	23%	62%	
Viver sem trabalhar	não trabalharia	trabalharia		
	12%	88%		
Hora extra	não	sim		
	30%	70%		
Motivo hora extra	prazer em trab	necessidade		
	12%	56%		
Atividades do não trabalho	ficar em casa	esporte	ler por prazer	amigos
	15%	19%	24%	14%
Mudança na jornada	outro horário	dom e feriados	menos hora extra	inalterado
	12%	12%	15%	37%
Que faria do tempo livre	Novas qualificações	lazer	família e si próprio	
	12%	28%	47%	
Ocupação	servidor(A)	professor(A)	outros	
	29%	69%	2%	

Desde uma ‘perspectiva negativa’, nos propomos a pensar que no capitalismo contemporâneo o tempo livre dos trabalhadores não se torna um tempo e espaço de desenvolvimento do ser, de livre criação de si (VIEIRA; OURIQUES, 2006). Conforme já explicitado, o tempo de não trabalho não é um tempo realmente livre, pois em diversos casos é um tempo de mais trabalho ou um tempo em que se realizam atividades relacionadas direta ou indiretamente à reprodução do capital. Ou seja, um tempo de reprodução das condições que colocam o trabalho como centro da vida e que mantêm todos os males oriundos dessa condição.

Muitos entrevistados que responderam nosso questionário de pesquisa nos disseram que o trabalho era ‘tudo’ em suas vidas. Outros demonstraram não saber o que é o trabalho ou o porquê de trabalharem.

Entretanto, queremos deixar claro que há também aqueles que defendem o trabalho. Alguns entrevistados acreditam que o trabalho seja mesmo um meio de ‘construção de uma sociedade com maior qualidade de vida’. Com este mesmo pensamento, há quem reconheça: “gosto muito de trabalhar, tenho muito prazer em trabalhar”. O trabalho serviria como uma terapia e, se preciso fosse, “pagaria para trabalhar”. Assim, se para esses indivíduos, o trabalho representa prazer e diversão, como propor ou impor a redução ou o fim do trabalho como o meio para encontrar o espaço do desenvolvimento das ‘atividades superiores’? Este é um problema com o qual nos deparamos. Alguns entrevistados, com menos entusiasmo, apenas afirmam cegamente que “trabalho é trabalho; tenho que trabalhar”. O trabalho é mesmo um dogma entre nós.

Contudo, percebemos que, além de corroborar a tese da centralidade, mal sabem essas pessoas – salvo estas exceções – o dano que este pensamento acerca do trabalho causa, pois não associam ao trabalho o elevado nível de estresse, o cansaço, a indisposição, a ruína das relações familiares, a apatia, a ignorância, a burocratização, enfim, a ‘corrosão do caráter’. É difícil aceitar a tese de que o trabalho, principalmente o moderno e em toda sua extensão, seja sinônimo de dignidade. Talvez seja isso o que uma ideologia pró-sistema queira trazer, mas fica evidenciado que o significado do trabalho para a grande maioria dos entrevistados está associado, mesmo que tacitamente, ao sofrimento, à tortura, à mera sobrevivência. Mesmo assim, é certo que muitos trabalhadores, se lhes fosse possível optar entre continuar ou não, desejariam continuar trabalhando (88% de nossa amostra). Entretanto há uma qualificação para esta resposta. Muitos dizem que seguiriam trabalhando sob a condição de que algumas mudanças significativas ocorressem – em síntese, desde que o trabalho passasse a fazer algum sentido. Desses 88%, muitos continuariam trabalhando porque sentem a necessidade de ser úteis ou porque sentem prazer em trabalhar. Continuariam também porque se contentam com as alegrias que a atividade assalariada pode lhes proporcionar mediante o consumo e outros confortos sempre restritos a poucos. Sobretudo, acreditamos que continuam trabalhando porque não nasce ao lado de sua atividade principal outra atividade capaz de concorrer pelo seu tempo despendido e pela sua atenção. Não nasce ao seu lado uma atividade alternativa, cheia de sentido que – estimulada por políticas públicas e pela negociação junto às empresas acerca da redução da jornada de trabalho – pudesse substituir o trabalho como prática

mutiladora e central, transformando-o numa atividade necessária, porém secundária¹⁰.

Uma amostra significativa de nossos entrevistados (63%), mesmo se tratando de trabalhadores estáveis, sindicalizados, bem remunerados etc., demonstrou explicitamente sua insatisfação, em maior ou menor grau, com relação ao trabalho que executa. Todos desejariam fazer mudanças em sua jornada de trabalho se assim lhes fosse permitido. As mudanças mais requisitadas são: (i) não ter ou ter menos horas extras de trabalho (15%); (ii) trabalhar em outro horário (12%) e (iii) não trabalhar aos domingos e feriados (12%). Isso demonstra o peso que o trabalho possui em seu dia-a-dia e a privação que ele significa em muitos casos. Isso porque é evidente que praticamente todos desejariam fazer algo de mais útil ou de maior significado em seu tempo livre e, claro, desejariam ter mais tempo efetivamente livre. Está no olhar das pessoas, principalmente aquelas que têm filhos, a necessidade de ter mais tempo para cuidar e brincar com as crianças e, também, mais tempo para si. Em 75% dos entrevistados encontramos a preocupação em dedicar mais tempo à família e/ou a si próprio ou dedicar mais tempo às atividades de lazer.

O fato é que as pessoas ficam surpresas quando questionadas sobre a possibilidade de viver sem trabalhar. Este está impregnado em seu ser e aparentemente fora do trabalho nada poderia haver a não ser tédio ou inação. Alguns dos entrevistados (e aqui podemos fazer uma generalização respeitando as exceções) dizem que não conseguiriam 'ficar parados', mas esquecem que, se este é o problema, poderiam 'ficar em movimento' desenvolvendo atividades não-mercantis ou que não envolvessem um contrato trabalhista. Se analisarmos a questão de gênero, verifica-se que o caso das mulheres é muito mais complicado. Algumas das entrevistadas falaram da possibilidade de haver uma jornada tripla de trabalho, e aqui nada melhor do que expor o relato de uma delas: "Chego em casa depois do trabalho, ainda cuido dos meus filhos e da casa. O pai, geralmente, apenas dá uma 'ajuda'". Isso, mais uma vez, demonstra a centralidade do trabalho e suas consequências negativas. Embora certamente haja alguma satisfação no trabalho de casa e familiar, ele não deixa de ser trabalho. Não deixa de ser, quando praticado excessivamente, uma obrigação; não deixa de ser cansativo, não deixa de aprisionar o indivíduo (em maior ou menor grau) e ocupar um tempo que poderia ser utilizado como um tempo autodeterminado. A 'autodeterminação do tempo' é

uma preocupação presente em nossos trabalhadores. Um exemplo disso diz respeito a um entrevistado que dizia não ver necessidade na quantidade de tempo gasto no trabalho. Ou seja, a semana de trabalho poderia ser, sem causar danos ao rendimento pessoal, marcada por quatro dias de trabalho e três de descanso ou de autodeterminação do tempo. A semana atual de 'cinco por dois' seria muito desequilibrada. O entrevistado então diz: "às vezes, termina o domingo e eu ainda não estou recuperado pra já reiniciar a semana de trabalho". Por fim, a necessidade de autodeterminar o tempo poderia ser sintetizada nestas palavras do mesmo entrevistado:

Muita gente passa a tarde no escritório sem fazer nada e poderia ir embora, fazer ginástica, passear, e trabalhar à noite ou no outro dia trabalhar mais, se assim preferir [...] Tem dia de Sol que ninguém queria estar no escritório! E seria mais feliz na rua, num parque, sei lá. Em dia de chuva, ao contrário, poderia trabalhar dez horas e não oito.

Observa-se, então, que entre aqueles que desejam alterar sua jornada de trabalho, há aqueles que clamam por mais férias (9%), por não trabalhar mais aos domingos e feriados (12%) e querem ter mais pausas no trabalho (8%). Contudo, apesar desta insatisfação, não deixariam de trabalhar se pudessem. Isso evidencia que o principal problema não é propriamente o trabalho, mas o tempo que este ocupa na vida das pessoas, isto é, o tamanho de sua centralidade¹¹. Muitas pessoas dizem que continuariam trabalhando, que não conseguiriam ficar sem fazer nada, mas que gostariam de fazer algo mais prazeroso. Outras pessoas dizem encontrar prazer em algumas atividades do trabalho, mas há outras atividades que 'enchem o saco'. Além disso, há o excesso de trabalho. As pessoas não trabalham muito por puro prazer, mas por pura necessidade diante de tantas tarefas que têm que cumprir. É assim que 70% dos entrevistados dizem que praticam horas extras por precisar de mais tempo para concluir as tarefas diárias. Então, para que o trabalho possa ser mais prazeroso ele precisa ser menos previsível, rotineiro e estressante e, acima de tudo, precisa ocupar menos tempo na vida de cada um. Essa verificação vai ao encontro do argumento de Gorz (2003) e Aznar (1995) que defendem justamente a redução da jornada de trabalho. Somente esta redução pode transformar o trabalho, atividade necessária que é, em uma atividade suportável e em alguma medida prazerosa. Para aquele pesquisador que sai de seu escritório e observa a vida real, não há dúvidas de que o ganho de duas e até mesmo uma hora por dia seria de

¹⁰ Ver os conceitos de 'autonomia, autoprodução' e 'autodeterminação do tempo' propostos por Gorz (1982).

¹¹ O relato de uma entrevista resume bem esta ideia. Quando perguntada da possibilidade de viver sem trabalhar, uma pessoa respondeu da seguinte forma: "Trabalharia mesmo assim, mas trabalharia menos. Gosto de trabalhar, mas nem tanto".

real importância para o trabalhador – mesmo que não fosse, a princípio, abolida a relação de trabalho assalariado e que as empresas não fossem diretamente afetadas.

O trabalho, na maioria dos casos, cansa, maltrata, priva e pune. De Masi (1999), em suas constatações empíricas (e aqui também podemos ver como as angústias e insatisfações do trabalhador em relação ao seu trabalho podem ser generalizadas) também nota este sentimento. Conta o autor que entrevistou centenas de funcionários, provavelmente europeus, que geralmente lamentavam cargas de trabalho estressantes, longas horas extras não-remuneradas, uma necessidade profissional de sacrificar o tempo livre à carreira, negligenciando lazer, amores e família. A maioria admitiu que, com menos horas de trabalho, seria possível realizar as mesmas tarefas diárias (DE MASI, 1999). Uma outra trabalhadora contou que exercia um cargo que não a agradava, que cortou antes do tempo toda a sua capacidade de ser livre, que condicionou com todo o seu peso a qualidade de sua vida e de seu tempo, até formá-la e deformá-la com a tirania do carimbo e dos rótulos (DE MASI, 1999).

A redução da jornada de trabalho é um passo inicial fundamental particularmente para aqueles que possuem um emprego que podemos dizer precário ou não-elitista¹². Estes, quando questionados sobre a possibilidade de viver sem trabalhar, certamente preferem o não-trabalho. Para quem o trabalho não passa de uma sucessão de períodos de tédio, cansaço, inação, fadiga, embrutecimento, tortura-sofrimento e alienação, é totalmente coerente adotar o não-trabalho se possível o fosse. A maioria daqueles que vivem do trabalho não se transformam positivamente neste. Tornam-se, sim, criaturas ‘estúpidas e ignorantes’ – nos dizeres de Adam Smith que tão bem observou a evolução do mundo do trabalho em sua época (SENNETT, 2005) –, que resultam de um processo produtivo e de uma organização social do trabalho que não lhes deixam alternativa senão um trabalho com as características apontadas acima. Em poucas palavras, a organização atual do trabalho é aquela que privilegia o trabalho em tempo integral, ou seja, aquele trabalho (heterônomo) que ocupa grande parte do dia do trabalhador. Assim, o pouco trabalho de que precisamos para continuar produzindo fica sobre o encargo de um número reduzido de pessoas enquanto um grande contingente fica preso ao desemprego ou ao trabalho precarizado. A ideia de trabalhar menos para

que todos possam trabalhar melhor não está nos planos do sistema social em que vivemos. Enquanto for assim, continuaremos com um trabalho como fonte de doenças físicas e mentais.

Os defensores da ordem tentam passar uma imagem de que o trabalho moderno é fonte de dignidade e, principalmente, de ‘socialização’. Mas o que pensar então sobre trabalhadores, professores em nosso caso, que, além de manterem as portas de suas salas constantemente fechadas, chegam a trancá-las para que não sejam perturbados pelas outras pessoas, justamente pela fonte de ‘socialização’. A loucura, pressão e intensidade do trabalho são tamanhas que é melhor ficar horas trancados numa sala do que serem ‘incomodados’ por seus próprios amigos. São exatamente aqueles que têm um trabalho não-estável – para quem o trabalho não representa mais do que um baixo salário no fim do mês – que não levaram em conta, no momento de ‘escolher’ sua profissão, o que muitos chamam de vocação ou de vontade. Simplesmente foi a primeira e/ou única oportunidade que surgiu e não puderam perdê-la. Assim, não gostam do trabalho, da função que executam, não foi isso que sonharam para si. Contudo, amparados por uma aparente sensação de segurança e de estabilidade no emprego (público principalmente) as pessoas acabam se conformando, adaptando-se às relações de trabalho e se acomodam pensando que sua vida, mesmo sendo insatisfatória, não poderia ser de outra forma. É como se fossem incorporadas e reprogramadas pelo sistema e, especificamente, pelo ‘mundo do trabalho’. Não se revoltam mesmo precisando, ou querendo, por exemplo, de mais férias ou mais tempo com a família e consigo.

No caso específico dos professores entrevistados, podemos interpretar que o motivo por escolherem esta profissão foi, grosso modo, ‘o desejo de mudar o mundo’. O mais interessante, no entanto, foi comprovar a tese de Sennett (2005) sobre a corrosão do caráter. Ou seja, depois de tanto tempo de trabalho preso à burocracia, à rotina, às diversas obrigações e prazos ou, em uma palavra, à ‘heterorregulação’, o caráter da pessoa é transformado. Perde-se o que há de romântico e sonhador, perde-se o sonho de ser útil e fazer algo em prol da sociedade. Como a maioria da amostra (66%) tem um tempo de trabalho de mais de 20 anos, podemos dizer que esses ideais deram lugar à acomodação, ao cansaço, ao tédio e à previsibilidade. Entretanto, podemos ainda nos questionar sobre o que é ‘ser útil’? E por que só podemos ser úteis no trabalho e não numa atividade autônoma, não-mercantil, não-assalariada? E, da mesma maneira, ficar num escritório ou numa empresa é ‘ser útil’?

¹² Isso porque há uma ‘aristocracia do trabalho’ (GORZ, 2003) que encontra na função que desempenha certa alegria e possibilidade de crescimento pessoal e intelectual. Trata-se de atividades que exigem elevado grau de conhecimento e que não podem ser facilmente substituídas, como é o próprio caso de alguns professores universitários e outras profissões como Design, elaboradores de software etc.

Nossa ‘hipótese negativa’ sobre o tempo livre e o trabalho no capitalismo contemporâneo pode ser confirmada quando encontramos uma condição de vida como a destes dois trabalhadores reais. Em forma de pergunta poderíamos dizer: qual poderá ser a perspectiva de vida de uma pessoa que trabalha formalmente de três a quatro dias por semana, doze horas por dia (das 7h às 19h)? Dizemos formalmente porque, além do trabalho com carteira assinada, muito de sua renda advém de atividades suplementares, os bicos. Noutro caso, o que pode significar o trabalho para uma pessoa que cumpre jornada de oito horas diárias e recebe menos de dois salários mínimos? Este trabalhador trabalhou desde cedo para ajudar a família vinda do campo e hoje conta os dias para se aposentar – se fosse possível, obviamente, não trabalharia. Dissemos, contudo, que depois de uma vida dedicada ao trabalho (heterônomo, sem sentido) ainda sofrerá na aposentadoria com os problemas de saúde e com a necessidade de continuar trabalhando para complementar a renda.

O tempo livre, se é que existe nestes casos, é necessariamente tempo de mais trabalho. As pessoas trabalham, trabalham, trabalham¹³ e não conseguem se transformar. Os filhos dos que trabalham continuam como seus pais. Não são valorizados e se afundam sempre mais numa vida que espera pelo fim de semana para ganhar algum sentido, alguma felicidade ou algum descanso. As formas do mundo do trabalho se apresentam com roupagens diferentes (fordismo, taylorismo e toyotismo)¹⁴, mas sua essência se mantém. Como ainda acreditar, portanto, que por meio do trabalho as pessoas poderão se dignificar ou poderão formar uma ‘sociedade do lazer com livre expressão de si’¹⁵? E ainda, será deste trabalho precarizado e fragmentado (sem falar na informalidade) que surgirá um impulso revolucionário para transformação da sociedade?¹⁶

É claro que o trabalho, em maior ou menor nível, cumpre função socializadora e traz consigo a dignidade. Porém, a traz de forma limitada, desigual e excludente. A socialização e dignidade que a sociedade capitalista contemporânea oferece é extremamente restrita e insuficiente. É incapaz de construir um mundo em que o homem possa livremente se autodeterminar e se desenvolver.

Assim, é quase indubitável que o amor, o sentido, a criatividade, a diversão, existam apenas quando estamos no tempo de não-trabalho. Para dar um exemplo contundente, quando um entrevistado leu o título de nossa pesquisa – O tempo livre, o trabalho e o lazer no capitalismo contemporâneo – logo perguntou ao entrevistador de forma irônica: “O que é lazer mesmo?”, como quem diz que, devido ao sobretrabalho, há muito tempo não pratica atividades de lazer. Da mesma maneira, quando uma entrevistada leu a questão sobre a atividade que mais pratica quando não está trabalhando, deu logo uma risada. Essa risada representa o sentimento de que não existe atividade que não seja o trabalho, não existe vida fora do trabalho. A própria entrevistada se afirmou como uma *workaholic*.

O reconhecimento de que o mundo do trabalho torna-se cada dia mais competitivo e, assim, mais agressivo e de certa forma excludente, influencia significativamente o pensar de cada um sobre o trabalho. Em um mundo instável, de curto prazo, flexível e violento, é quase uma unanimidade as pessoas buscarem autonomia e estabilidade em seus empregos. De forma geral, é como se todos dessem ‘graças a Deus’ por terem um emprego fixo e seguro e não estarem sujeitos às flutuações do mercado de trabalho. É por este motivo que algumas pessoas dizem que o trabalho é tudo em suas vidas e deixam transparecer que não poderiam ou não saberiam ser de outra forma. Uma pessoa entrevistada contou-nos que está condicionada pelo trabalho, ou seja, a organização de toda a sua vida está acorde com a centralidade do trabalho. Deixar que o trabalho condicione e seja ‘tudo’ em sua vida, acreditamos, transforma exatamente a vida num mero passar dos dias. Não podemos então deixar de associar uma vida como essa a uma forma de escravidão moderna.

Em meio a tantas questões aplicadas, sentimos que algumas pessoas se intimidam com a formalidade deste e, como resultado, tem-se a incompleta sinceridade, se é que isso pode existir, em sua resposta – principalmente no que se refere ao significado do trabalho. É no mínimo curioso uma pessoa conseguir encontrar alguma ‘satisfação pessoal’ em um trabalho que ela mesma afirma ser um estresse total. Noutro exemplo, quando recebemos como resposta à pergunta sobre a possibilidade de continuar trabalhando, um “evidente que não trabalharia”; e quando o entrevistado conceitua o trabalho como “um mal necessário”, fica expressa a total insatisfação e falta de sentido que o trabalho exerce na vida da pessoa¹⁷. Como já dissemos, portanto, o trabalho está muito associado a mero meio

¹³ “Trabalhem, trabalhem dia e noite. Trabalhando, fazem crescer sua própria miséria e sua miséria nos dispensa de impor-lhes o trabalho pela força da lei [...] Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista” (LAFARGUE, 1999, p. 79).

¹⁴ Para detalhes sobre essas formas de organização do trabalho, ver Harvey (1993).

¹⁵ Consultar Dumazedier (1979, p. 92, 96 et seq.).

¹⁶ Este é o outro aspecto da centralidade do trabalho. Ou seja, a capacidade central, que está na classe trabalhadora, de revolucionar o sistema, de expor seu potencial rebelde. Remetemos o conceito de centralidade do trabalho a Antunes (2007).

¹⁷ Não podemos deixar de associar uma resposta como esta ao nível de remuneração, à atividade praticada e as condições em que essas atividades se processam. Todos esses são fatores que influenciam o sentido que cada um dá ao seu trabalho.

de sobrevivência e graus variáveis de insatisfação. Para fortalecer o argumento, uma pessoa entrevistada, que realiza uma função completamente técnica e mecanizada em seu trabalho, chegou a dizer que “este realmente não pode ser outra coisa numa sociedade movida pelo capital”.

Considerações finais

As pessoas definitivamente não têm tempo. Estão sempre atrasadas, apressadas e ‘correndo atrás da máquina’. Tentam cumprir as pressões e obrigações sobre-humanas que o mundo do trabalho lhes impõe. Um entrevistado, crítico do modo como o trabalho é organizado hoje, chegou a dizer que mesmo num emprego público (que recebe um estigma de ‘malandragem’ e ‘ineficiência’) nota que “tudo é uma emergência, tudo tem que ser para amanhã”. Nota que há uma desorganização na distribuição das tarefas, isto é, faltam funcionários e os que existem são sobrecarregados. O entrevistado disse que adoraria ter mais tempo livre para se dedicar à música, mas que não pode, pois não há como dela sobreviver. É importante acrescentar que o mesmo trabalhador não parou de trabalhar enquanto nos atendia (continuava mexendo em papéis e olhando o computador). A verdade é que para sermos atendidos e recebidos pelos entrevistados foi necessário, na maioria das vezes, dizer que o questionário duraria apenas ‘cinco minutinhos’ e que ‘as respostas são de assinalar’. As consequências de uma sociedade como esta são nada alentadoras. Mesmo assim, quase todos respondiam com tanta pressa ao nosso questionário que acabavam por respondê-lo errado. Acabavam não lendo as questões até o final, sentiam-se incomodados em respondê-las e em não raros casos agiam com atitudes grosseiras. Tudo isso é compreensível. Porque as pessoas não têm tempo. E, no meio universitário, premidos pelos prazos das pesquisas, dos relatórios, das defesas, das preparações de aulas, alguns professores nos deram a impressão de descontentamento por perderem tempo respondendo a um questionário. Cabe registrar que a pergunta sobre ‘o que significa o trabalho?’ constituiu-se a mais difícil por parte dos entrevistados. Muitas pessoas deixavam para responder por último. Isso porque não é comum pensar sobre nossas vidas, sobre nossas condições de trabalho, sobre o que e por que de estarmos fazendo tal atividade. Simplesmente vamos vivendo sem muitos questionamentos ou profundas reflexões.

Nesta consideração final, apresentamos por fim ao leitor algo que sintetiza a angústia deste mundo, na ótica aqui abordada. Um professor, ao ser entrevistado, quando leu a pergunta sobre o que significa o trabalho respondeu: “não quero pensar, só responder”.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Programa PIBIC/UFSC/CNPq.

Referências

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- ARENDT, H. **A condição humana**. São Paulo: Forense Universitária, 1981.
- AZNAR, G. **Trabalhar menos para trabalharem todos**. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- DALLA COSTA, A.; GARCIA, J. O Empresário Schumpeteriano e o setor de varejo no Brasil: Samuel Klein e as Casas Bahia. **Revista de Economia**, v. 32, n. 1, p. 57-86, 2006.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DE MASI, D. **O Futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo: Difel, 1988. Livro 1, v. 1.
- RYBCZYNSKI, W. **Esperando o fim de semana**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SENNETT, R. **A Corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- THIRY-CHERQUES, H. **Sobreviver ao trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- VIEIRA, P.; OURIQUES, H. Elementos para uma crítica da centralidade do trabalho. **Pesquisa e Debate**, v. 17, n. 2, p. 149-172, 2006.
- WAGNER, E. **Hannah Arendt and Karl Marx**: o mundo do trabalho. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

Received on July 8, 2008.

Accepted on April 23, 2009

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.